

A Geopolítica Americana no Pós Guerra-Fria

João Rua*

RESUMO

O presente trabalho pretende demonstrar e debater as contradições que têm marcado a política externa dos Estados Unidos da América após o término da Guerra-Fria. Tal fato tem apontado para mudanças de paradigmas no controle político e nas relações internacionais, agora marcados por um mundo crescentemente partido e unificado a um só tempo. A

potência imperial americana, tradicionalmente ligada aos temas clássicos da estratégia e das relações de poder, é vista, aqui, do ponto de vista da influência que os aspectos econômicos (hoje mais importantes), políticos e culturais têm na sua estabilidade hegemônica.

PALAVRAS-CHAVE:

Estados Unidos; Política Externa; Globalismo; Poder Econômico.

Ao se fazer uma análise da geopolítica dos Estados Unidos parece possível identificar, grosso modo, três períodos marcados alternadamente pela predominância das dimensões militar, política ou econômica na estratégia das relações internacionais desse país. As três dimensões sempre se fizeram sentir, mesmo com a predominância de uma sobre as demais, na estratégia intervencionista (com maior ou menor ênfase) da potência americana, desde as suas origens, como estado-nação.

Até a Segunda Guerra Mundial, predominou a dimensão militar ao sustentar o expansionismo econômico e político, mesmo que houvesse alguns curtos períodos de maior visibilidade da dimensão política. Durante a Guerra-Fria foi a dimensão política marcada pela concepção realista, alavancada pela militar e econômica, que ganhou ênfase. Atualmente, no período pós Guerra-Fria, é a dimensão econômica, enfatizada pela concepção globalista, que domina as di-

mensões política e militar, na estratégia das relações internacionais dos Estados Unidos.

O objetivo central deste trabalho é examinar as ações geopolíticas do estado norte-americano no período posterior ao término da Guerra-Fria, em fins do século XX, fortemente marcadas pelas concepções (neo)-realista e globalista, alternadamente ou, até mesmo, combinadas. A fusão da concepção realista (ou neo-realista) com a internacionalista-globalista tem sido dominante a partir dos anos oitenta, tornando-se mais importante durante o governo Clinton, quando o discurso globalista foi tingido com doses de realismo (a política do intervencionismo seletivo). Ao que parece, o atual governo de George W. Bush amplia a importância dessa concepção realista (retomada da política bélica) sem abandonar o globalismo (base da ação econômica) ao manter o intervencionismo seletivo (ação externa somente quando os interesses norte-americanos forem atingidos)¹ e ao praticar um unilateralismo no não cumprimento de diversos acor-

dos internacionais, sem levar em consideração a posição de parceiros e aliados.

Algumas indagações balizarão esta reflexão e acabarão por definir as distintas partes do estudo apresentado, que se voltará apenas para a dimensão externa da problemática internacional da geopolítica americana sem, aqui, levar em consideração os rebatimentos da relação sociedade-Estado em sua expressão interna. Como se mantém a expansão planetária dos Estados Unidos e que prioridades têm sido estabelecidas? Como se apresentam os dilemas, contradições, dubiedades e incertezas da política externa norte-americana neste início de milênio?

Temos plena ciência de como fica incompleta esta análise por ficarem pouco destacadas importantes contribuições, de diversos autores, como as de Wallerstein com suas influências braudelianas, Paul Kennedy (e seu declinismo dos impérios), Huntington e seu paradigma civilizacional, que Chiappin (1994, p. 39) qualifica de “neo-realista”, além de outros que contribuíram para a compreensão de tão complexa problemática, como a das relações internacionais e da geopolítica, na última década. Importante discussão a respeito das “Novas Geopolíticas” foi desenvolvida por Vesentini (2000) quando analisa as idéias dos principais autores que influenciam, atualmente, esse campo do conhecimento. O caráter resumido deste artigo nos obriga a referências esporádicas. Entretanto, mesmo sem aprofundar o pensamento desses autores, tentaremos dialogar com suas idéias ao longo do trabalho.

Kennedy (1989 e 1993) além de prevenir para o declínio dos Estados Unidos como potência planetária, adverte para os crescentes conflitos, fruto das disparidades, entre Norte e Sul ao analisar os desafios que se apresentam para o século XXI, destacando os problemas decorrentes das migrações em massa para os países centrais e do “excessivo crescimento demográfico nos países periféricos” (Rua, 1998, p. 57). Em síntese, critica os países ricos pela forma como exer-

cem a hegemonia mundial e alerta para os riscos que correm ao menosprezar as relações Norte-Sul.

Huntington (1994) ao advertir para o inevitável declínio do Ocidente em relação ao resto do mundo, chama atenção para a importância dos laços civilizacionais, superando, inclusive, os econômicos e políticos, nas relações internacionais. Defende posições realistas ao propor atuação seletiva (diferenciada) dos Estados Unidos em cada situação e para cada país, nos conflitos internacionais que deixariam de ser de ordem político-militar ou econômica e passariam a ser de ordem civilizacional. Demonstra sua preocupação com as idéias do multiculturalismo que poderiam conduzir a um Choque de Civilizações dentro dos Estados Unidos, caso ocorra uma “desamericanização” provocada pela crescente importância dos imigrantes na sociedade americana.

A impossibilidade de trabalhar com muitos autores, por mais significativos que sejam (Thurrow, Naisbitt, Fukuyama, Lacoste dentre outros), explicita os limites deste trabalho. Entretanto, mesmo de maneira incompleta, procurou-se abranger as principais concepções que têm balizado a atuação dos Estados Unidos como potência planetária. Como não faremos estudos comparativos, fica pouco contemplada a abordagem relacionada às relações de poder que examina o caráter hierárquico dos estados dentro de ordem mundial e a capacidade deles influírem na mudança de comportamento de outros estados, tão importante para se entender um mundo simultaneamente uni e multi-polar como o atual. Da mesma maneira, o paradigma civilizacional de Huntington, que pretende substituir o paradigma realista e a estratégia da contenção nas relações internacionais, e que, para Chiappin (1994), apenas troca o “inimigo” substituindo os soviéticos pelas civilizações não-ocidentais, fica pouco enfatizado (e criticado).

Faltaria incluir, ainda, num estudo mais completo, a visão originária da economia política

(como a análise da organização política da economia-mundo de Wallerstein), segundo a qual não se pode compreender a geopolítica sem considerar a dinâmica da economia global. Na abordagem wallersteiniana, considera-se as ligações entre os processos de acumulação de capital, competição por recursos e política externa como parte de um singular e interdependente sistema global no qual o capitalismo determina o caráter e a configuração dos estados.

Vesentini (2000, p. 40) critica Wallerstein ao afirmar:

Mas o grande problema dessa construção teórica é pretender deduzir as partes do todo – a lógica do sistema-mundo precede as ações dos atores (Estados, empresas, associações internacionais) – e, com isso, perde-se a contingência das ações humanas, perde-se enfim a política entendida como o entrecruzamento conflituoso de ações/projetos de grupos com vistas ao exercício do poder.

Concordando com Vesentini quanto ao caráter quase determinista da relação todo/partes e que, num estudo dos Estados Unidos nesta perspectiva, seríamos induzidos a considerar esse país como equivalente ao sistema-mundo, mesmo assim, esta abordagem será uma das bases da análise que faremos sem, entretanto, enfatizar exageradamente os aspectos econômicos, como é comum entre os autores que utilizam esta linha de interpretação das relações internacionais.

Wallerstein (1998), ao analisar o papel dos Estados Unidos, por vezes aproxima-se de Kennedy e seu declinismo e de Huntington e o choque das civilizações, como se percebe em Wallerstein (1998, p. 19) quando escreve que:

Parece senso comum que, dado o declínio relativo da força econômica dos Estados Unidos, o sistema mundial tornou-se

uma tríade, o que significa que há agora três loci ou núcleos centrais em torno dos quais a economia está organizada, e que estes três são suficientemente competitivos uns com os outros para que nenhum dos três, agora ou no futuro imediato, possa com facilidade se distanciar dos demais.

Alega em seguida que esta distribuição em tríade foi, inicialmente, percebida apenas como fenômeno econômico, mas que não pode deixar de ter implicações geopolíticas. Na mesma página, adiante, afirma que:

Os Estados Unidos permanecem sendo nos anos noventa, de longe, o maior poder militar do mundo, o que é ainda mais verdadeiro se considerado o colapso da URSS. Mas esse é um poder que tende a se esvaecer, em decorrência do declínio de sua base de sustentação e de sua legitimidade internas (Wallerstein, 1998, p. 19).

A seguir, apresenta uma interessante contribuição à geopolítica, ao se preocupar com o domínio do espaço mundial, quando faz uma análise das relações entre os três núcleos da tríade mundial e a possibilidade de se tornarem uma díade. Escreve Wallerstein (1998, p. 21) que os três núcleos da tríade vêm reunindo forças ao construir “redutos protecionistas” (“networks” regionais), para futuras expansões, e que

Neste quadro, o resultado da batalha para reduzir a tríade a uma díade será mais provavelmente a aliança do Japão e dos Estados Unidos do que a associação de qualquer um deles com a Europa. Os motivos não são principalmente econômicos, por que economicamente qualquer uma das três combinações poderia ter bons resultados. As razões são políticas e culturais (Wallerstein, 1998, p. 22).

Para ele, o cenário provável é uma tríade formada, de um lado, pela Europa e a Rússia e, do outro, pela aliança tripartite Estados Unidos, Japão e China.

Como veremos no final deste artigo, há muitas controvérsias com relação ao papel dos Estados Unidos no mundo atual. O mais provável é que os principais autores, cada um com sua própria abordagem, tenham parcelas de razão. O mundo tornou-se tão complexo que, simultaneamente, pode-se perceber declínios, expansões, choques culturais, ameaças e defensismos nas relações Norte-Sul, uni, multi e a-polaridades. As duas últimas décadas têm desmentido as previsões e demonstrado como há espaço para a contingência e para novos atores no cenário global. Se é inconteste, até o momento atual, a supremacia norte-americana e se o papel deste país é dominante na tríade, também é preciso observar que novos fatos surgem a todo o momento (basta lembrar a devastadora ação terrorista de 11 de setembro de 2001 contra os EUA para se perceber como se torna quimérico o projeto isolacionista do governo George W. Bush) e influem no desenrolar dos acontecimentos. Como se verá ao longo do trabalho, iremos valorizar os Estados Unidos, nosso objeto de estudo, como potência dominante nos campos político, econômico e cultural. Entretanto afastamos qualquer idéia de determinismos ou teleologias e, temos ciência, que se hoje esse país é dominante, existem, no momento, movimentos em marcha que podem criar fatos novos e alterar o quadro geral. Referimo-nos a iniciativas de organização da sociedade civil em nível supranacional e à ação das ONGs, numa outra leitura da concepção globalista/internacionalista. Torna-se difícil escolher uma única abordagem (concepção) e nela permanecer, sob pena de se perder a riqueza que a pluralidade de análises pode oferecer na análise da complexidade do mundo atual.

* * *

Uma década após o fim da Guerra-Fria, os EUA parecem estar à procura de uma nova dou-

trina (que substitua o Destino Manifesto – crença do cidadão comum, pouco informado) e de uma nova leitura que lhe permita redefinir suas relações com o resto do mundo. Quais são os termos de referências e de comparações históricas mais apropriados para compreender os desafios com os quais os EUA se confrontam nos dias atuais?

É necessário comparar a fase isolacionista dos anos 1920-1941 com aquela de intervencionismo total dos anos 1941-1991 para concluir que os EUA parecem inventar um terceiro modo (a que alguns chamam de globalista ou globalista/internacionalista, como já visto) de engajamento, que ultrapassa os dois primeiros. Será que está definido que haverá somente as duas formas de intervencionismo encarnadas pelos presidentes americanos Woodrow Wilson e Theodore Roosevelt, retomadas recentemente (anos 70-80) no debate entre os realistas Henry Kissinger e Brezinski sobre a missão dos EUA perante o mundo? Este debate está em aberto e muda sempre de acordo com os acontecimentos mundiais e as perspectivas e resultados das eleições americanas, naturalmente.

Baseados em Jacquet e Moisi (1996, p. 262), lembramos que os Estados Unidos desejaram engajar-se nas relações internacionais para transformá-las, impor a vitória da moral sobre o mal e celebrar o “triumfo universal do bem” para usar expressões de Wilson. Um tal mundo seria governado pelo direito internacional e tais princípios só poderiam ser aplicados, em seu universalismo, à humanidade inteira.

Visão moral ou visão estratégica? Para os internacionalistas realistas, segundo a visão de Roosevelt, as idéias de Wilson são generosas e belas, mas impraticáveis e foram rejeitadas pela maioria dos americanos quando este presidente não conseguiu apoio para a “Liga das Nações”, no pós-Primeira Guerra. Para complicar mais ainda esse quadro e não ficar tão marcada a diferença entre o bem e o mal, encarnada na figura dos dois presidentes referidos acima, é preciso

lembrar que se Roosevelt foi claramente intervencionista, com a sua política do “Big Stick”, Wilson, apesar de seu discurso idealista, foi responsável por algumas intervenções na América Latina. O México que o diga...

O comportamento dos Estados Unidos frente ao mundo guarda, ainda, traços de suas origens como estado-nação. Ao se proclamar independente, a América, em nome da liberdade religiosa e da filosofia do Iluminismo, se ergueu como uma anti-Europa. Face à Europa da intolerância e da guerra, a nascente nação opunha a vontade de criar um mundo radicalmente novo. Ocupados em expandir seu território de leste para oeste e para o sul e em forjar uma identidade nacional graças à Guerra Civil (1860-66), os EUA muito lentamente (e com reticências) tomaram (tomam) consciência de sua nova potência.

Será Theodore Roosevelt quem fará os Estados Unidos entrarem como ator protagonista na cena internacional. Quando chegou ao poder em 1901, a América já era, economicamente, um dos grandes. Sua produção industrial já representava entre 20% a 25% da produção mundial e já atuava em numerosos conflitos internacionais como mediador. Para Roosevelt, que, antes de se tornar presidente, fazia parte do mesmo grupo de Mahan, as relações internacionais eram relações de força. Era necessário “speak softly and carry a big stick”. Acreditava que a missão internacional da América era, a partir de sua posição geográfica de ilha-continente, desempenhar o papel de equilíbrio de forças que a Grã-Bretanha havia desempenhado ao longo do século XIX. A potência industrial, que se apresentava ao mundo, exigia a fusão da economia com a política e a estratégia, que Mahan tão bem explicitava.

Foi muito gradativamente e a contragosto que a América tornou-se uma potência imperial.

Isto foi resultante de três fatores:

1. A Segunda Guerra Mundial e a Guerra-Fria colocam a América no centro do sistema internacional, impondo-lhe responsabilidades

que só ela poderia assumir face à ameaça soviética, depois da derrocada da Europa;

2. A percepção da vulnerabilidade dos Estados Unidos (depois de Pearl Harbor e da nuclearização do mundo) demonstrou que o país não podia se desinteressar do resto do mundo, pois o mundo poderia se “interessar” pela América.
3. A guerra do Vietnã que fez com que a América descobrisse a “tragédia” (fartamente explorada pela mídia) e a complexidade do mundo “exterior”.

Num Mundo marcado por tal complexidade, a América não se sente à vontade para traçar políticas e prioridades e encontrar um novo modo de funcionamento com seus aliados já que tem alternado posições de parceria com atitudes unilaterais de líder incontestado, principalmente em termos militares.

Ainda, com os mesmos autores (1996, p. 265), em termos econômicos, entretanto, é com seus aliados que surgem os maiores problemas nas rodadas internacionais.

POR QUÊ SER “XERIFE” DO MUNDO? OU OS DILEMAS CONTINUAM

A América gostaria de continuar a ser a potência número um, mas ao menor custo possível e com o menor risco para seus soldados. O que pode ser entendido como intervenções rápidas e retiradas o mais rápidas possível, antes que a opinião pública se mobilize contra tais intervenções.

Vista no contexto internacional, a política externa americana parece definida apenas, com relação aos contatos comerciais, num mundo desigualmente globalizado, onde a agressividade é absoluta. A prioridade geoeconômica ultrapassa aquela puramente geo-estratégica e se traduziu, nos anos Clinton, por uma agressividade quase guerreira no comércio exterior. Para ganhar mercados e reforçar sua competitividade internacional, a América tem utilizado todos os mei-

os, inclusive pressões políticas sobre os compradores e vendedores. Utiliza-se, cada vez mais, das atividades de espionagem industrial desenvolvidas pela CIA, para as quais são dirigidas as maiores energias liberadas com o fim da Guerra-Fria. Isto ficou bastante evidente na recente crise (junho de 2000) em que a União Européia denunciou a espionagem industrial americana (com a cumplicidade da Grã-Bretanha), no setor aeronáutico, nas duas últimas décadas.

A mesma América “generosa” com seus aliados nos anos 50-70 (no contexto da Guerra-Fria) torna-se “brutal” na defesa das firmas americanas e do livre-mercado, o que vem desagradando a europeus e japoneses e cria novas tensões entre “aliados”. O que se pode observar é que, em início do século XXI, a América não tem os meios (nem a vontade?) de dominar o mundo, mas também não tem a possibilidade de se retirar do papel de protagonista nas relações internacionais.

Assim, o que se percebe, é que as crises que abalaram a economia mundial, desde os anos 70, foram ultrapassadas pelos Estados Unidos com base em dois movimentos de reafirmação da hegemonia americana: no plano geoeconômico, a chamada diplomacia do dólar, ao transformar a moeda americana em dólar financeiro (e não apenas dólar monetário, como até então) capaz de acelerar o processo de globalização financeira, que tem sustentado a supremacia econômica dos Estados Unidos; no plano geopolítico, a chamada diplomacia das armas (Tavares e Melin, 1998, p. 55) que marcaram, profundamente, o funcionamento e a hierarquia das relações internacionais a partir do começo dos anos 80 e cujos efeitos ainda se fazem sentir ao inaugurarem uma nova divisão internacional do trabalho.

Dizem os mesmos autores (p. 56) que:

Do ponto de vista geopolítico, a partir da derrota da ex-URSS e do desmonte da velha “ordem bipolar”, criou-se uma situação de instabilidade estrutural em que a tendência a uma hierarquização do poder

político internacional centralizada na potência hegemônica – apesar de não haver consolidado um domínio (“imperium”) que garantisse a supressão dos conflitos internacionais pelo exercício de uma “gendarmerie” global permanente – limita, decisivamente, a eficácia dos Estados Nacionais como agentes de poder soberano, comprometendo, inclusive, sua capacidade de regulação econômica e proteção social.

Essa ênfase no geopolítico marcado, fortemente, pelo geoeconômico demonstra como a concepção globalista/internacionalista vai ultrapassando a concepção realista/neo-realista. Entretanto, os Estados Unidos não são o único ator na cena contemporânea e mesmo sendo pressionado internamente para abandonar a política intervencionista, diversas situações internacionais impedem que tal intento seja levado a cabo, até mesmo por que o poderoso “lobby” da indústria armamentista não cessa de agir...

Moisi (1998, p. 61) nos relata que em um discurso pronunciado em 5 de junho de 1997, na Universidade de Harvard, para celebrar o 50º aniversário de lançamento, nesse mesmo local, do Plano Marshall, Madeleine Albright (então Secretária de Estado do governo Clinton) apresentou a nova filosofia internacional dos Estados Unidos: a celebração de que os Estados Unidos eram o líder mundial e que a América não desejava ser o único responsável pelo mundo.

Aí foram definidas algumas prioridades da política externa americana, mostrando uma nova geografia estratégica marcada por interesses políticos e econômicos, e apresentadas algumas ações que a implementariam.

1. Estabelecer uma nova arquitetura de segurança para o continente europeu estável, unificado e democrático, ao mesmo tempo que se assina um novo pacto de segurança com a Rússia;

2. As relações com a China, que, recentemente, tomou o primeiro lugar nas atenções dos americanos ao encontrar no nacionalismo uma

ideologia de substituição do comunismo. A possibilidade de um realinhamento do Japão com os Estados Unidos, com a China sendo pressionada para dele participar, parece dar razão às formulações de Wallerstein, antes referidas.

3. Favorecer o fortalecimento de um sistema econômico internacional ainda mais aberto, incentivando a participação de todos os países (inclusive da China) nos organismos reguladores.

4. Controlar as problemáticas “novas”, não relacionadas, diretamente, às relações entre estados: a luta contra o tráfico de drogas; o terrorismo; os riscos de proliferação de armas nucleares; a proliferação internacional do crime.

Diversos acordos têm sido assinados com os países do Caribe e alguns da América do Sul sobre o combate ao tráfico de drogas. Desde que a ameaça subversiva diminuiu, o combate ao tráfico de drogas aparece como uma legitimação da presença dos EUA no Caribe e na América Latina, mesmo da presença militar. É claro que não se pode minimizar o interesse americano no Caribe, seu tradicional “quintal” de atuação. Basta lembrar a importância que o canal do Panamá ainda desempenha nas ligações leste-oeste dos EUA e no fluxo de importação de petróleo bruto.

5. Uma estratégia particular para integrar as Américas, de tal forma que se neutralizem as investidas econômicas das outras potências.

A respeito desta prioridade dos Estados Unidos, tentaremos lançar um olhar mais aprofundado.

Um relançamento das relações interamericanas, iniciado pelo presidente Bush em sua “iniciativa para as Américas”, desembocou, em 1994, na primeira “Cúpula das Américas” que aprovou a criação da ALCA que irá integrar todo o continente americano, tendo como horizonte o ano de 2005.

Os EUA tentam, com esse projeto, contrabalançar a importância dos europeus e japoneses no comércio com os países da América. A título de exemplo, pode-se ver que o comércio do Mercosul com os Estados Unidos é equivalente àquele que se realiza com a Europa e com o

Japão, reunidos. Por outro lado, há alguns acordos de parceria entre o Mercosul e a Europa que demonstram, pelo menos na intenção, um não atrelamento exclusivo às relações comerciais com os Estados Unidos.

Para se entender as perspectivas de sucesso dessa integração das Américas, é preciso levar em consideração as políticas desenvolvidas por alguns países latino-americanos que, por mais contraditório que pareça, sugerem que há resistência a uma integração passiva à ALCA. O governo George W. Bush retoma as discussões e “dociliza” as divergências, como ficou patente na “Cúpula das Américas”, realizada no Canadá em 2001.

Uma análise precisa é apresentada por Costa (1999, p. 28) quando chama atenção para algumas questões relacionadas à integração sul-americana no Mercosul e as previsíveis dificuldades antepostas pelos Estados Unidos a essa integração, na busca do fortalecimento do projeto ALCA. Afirma o autor que

enquanto bloco comercial (os países do Mercosul) têm enfrentado a competição nos mercados mundiais em posição mais vantajosa que se isolados, como no passado. Isto inclui uma certa agressividade seletiva (questões de tarifas externas e demandas junto à OMC) face a determinados concorrentes, combinada a políticas (também seletivas) de parcerias estratégicas, caso de alguns acordos multilaterais, de comércio, como o firmado recentemente com a União Européia.

Demonstra, mais adiante, as pressões norte-americanas sobre os atuais e potenciais integrantes do Mercosul com vistas à aceleração da constituição da ALCA e quão acertada é a posição brasileira de “dar um tempo” para período de estudos sobre o assunto, enquanto ressalta, o autor, que seja inevitável a discussão futura dessa temática, para a qual é preciso acumular forças.

Costa (1999, p. 29) aponta para as intenções claras de integração da infra-estrutura de todo o continente sul-americano, em termos de rodovias, ferrovias e hidrovias, além da acalentada integração econômica Mercosul e Pacto Andino.

Apresenta, o referido autor, uma rearticulação territorial em nosso continente, com base na interação de diversos vetores, e que pode conduzir para novos arranjos territoriais, que são: articulações meridionais, formadas pelos países do Mercosul; articulações orientais, centradas em São Paulo e que constituem um subsistema das articulações meridionais; articulações ocidentais, formadas, grosso-modo, pelo Centro-Oeste brasileiro, pela Amazônia Ocidental, pela Bolívia e pelo Peru; articulações setentrionais, formadas pela Amazônia do Norte-Oriental e Colômbia, Venezuela e as Guianas, onde se desenvolvem diversas iniciativas brasileiras de integração regional.

Este movimento integrador demonstra a intenção de fortalecer o continente nas futuras negociações com a ALCA. Há obstáculos situados em países como a Colômbia, tão pressionada pelo governo norte-americano, e que deseja uma integração imediata com a NAFTA (o que será um passo a mais na direção da ALCA), além de rejeitar a proposta de acordos bilaterais de livre-comércio, apresentadas pelo Brasil (Leo, 2000, p. A5)

Entretanto, a extroversão planejada/induzida das economias da região prossegue juntamente com as suas estratégias de enlacs preferenciais nas escalas regional e global, como volta a nos mostrar Costa (1999, p. 28-29).

Tudo isto ocorre simultaneamente à crise Argentina, de 2000-2001, que põe em risco a integração econômica do Mercosul e amplia a possibilidade de intervenção dos Estados Unidos nesse bloco.

CONCLUINDO... COM MUITA DIFICULDADE...

Ao se estudar um país como os Estados Unidos, percebe-se quão complexo se torna compre-

ender as múltiplas realidades que se apresentam. De um lado, os grandes dilemas que, desde a fundação da nação, marcam a sociedade americana: federalismo ou localismo; agrarismo ou industrialismo; utopismo humanitário ou pragmatismo; liberalismo ou intervenção do Estado; homogeneização cultural ou multiculturalismo; isolacionismo ou internacionalismo/intervencionismo relacionados aos diversos tipos de realismo/globalismo etc. Na verdade, esses e outros dilemas, que não são exclusivos da sociedade americana, têm tido uma leitura própria que tem provocado seguidos paradoxos e intensas polaridades diante dos quais a “gangorra política” tem se apresentado quase sempre oscilante, como bem o tem ilustrado a atuação dos Estados Unidos como potência planetária.

Ramonet (1996, p. 7), ao analisar o “século americano”, enfatiza a recuperação política e econômica dos EUA, nas últimas décadas (acordos do GATT/OMC, NAFTA), no plano mundial, ao mesmo tempo que aponta para o novo modelo americano baseado no Estado reduzido, na precariedade social e na expansão das comunicações em todas as suas formas.

Diz o referido autor que a partir da intervenção americana na Primeira Guerra Mundial começa a se falar, na Europa, de “modelo americano”, que seduz a partir das imagens mostradas por seus filmes; modelo de vida “à americana” que vai marcar, culturalmente, gerações de jovens no mundo inteiro. A América, definitivamente, para o melhor e o pior, passa a ser sinônimo de modernidade. Os anos 60 (com os assassinatos dos Kennedys, de Malcolm X, Luther King, com a explosão dos guetos urbanos, dentre outros fatos importantes) marcam o despertar do sonho e o despertar é brutal. A crise de Cuba, as intervenções militares (sempre antidemocráticas) na América Latina, as ações no Oriente Médio, sempre ao lado de Israel, e, sobretudo, a guerra do Vietnã e suas atrocidades, que duraram até 1975, tornam-se pesadelos para o cidadão comum.

A queda de Saigon marca o fim de um tempo – o fim de uma América branca, segura dela mesma e dominadora. Os problemas internos explodem com a questão das minorias negras (sobretudo) e a febre libertária dos anos 60. A violência e as drogas devastam as grandes cidades onde o equilíbrio demográfico se modifica. Os brancos partem para os subúrbios distantes, confortáveis e seguros, enquanto os negros e os hispânicos ocupam as áreas centrais abandonadas.

Nos anos 70 e 80, embora dominando militarmente e economicamente, a América deixa de ser, para muitos, o modelo desejado de sociedade. O Japão e a Alemanha aparecem como rivais no bloco ocidental. Quanto à URSS...

A queda do muro de Berlim muda completamente o quadro. A implosão da URSS, em 1991, vem quase junto com a vitória americana na Guerra do Golfo. Pela primeira vez sem rival, os EUA dominam enfim o mundo. E, no entanto, sua sociedade está mais doente do que nunca. Bush ganhou a Guerra do Golfo, mas perdeu a guerra (e as eleições) interna para o desemprego, a discriminação, em suas diversas faces, as cidades deterioradas, a insegurança e as marcantes desigualdades que se acentuam.

Ao escolher Clinton, os americanos sinalizaram as prioridades: o retorno aos problemas internos e ao progresso social que acabaram por conseguir, sem entretanto sanar muitos daqueles problemas.

A diplomacia americana domina na política internacional, onde fixa prioridades (negociações de paz – Oriente Médio, Bósnia – e intervenções militares), principalmente no campo das negociações comerciais do GATT/OMC, que consagra o triunfo do livre-comércio, criação do NAFTA, dominada pelos EUA. O resto fica em segundo plano. A desconfiança nas organizações internacionais, como a ONU, da qual é o principal devedor, a diminuição das contribuições financeiras (a ajuda à África foi reduzida em 35%) têm marcado a política americana que, embora sem discurso armamentista, continua a

ser o maior produtor e comerciante de armamentos do mundo.

* * *

Ao se mudar os rumos deste trabalho, quando se tratou de uma nova geopolítica, muito mais próxima da geografia política, tentou-se, além de enriquecer a análise, demonstrar como, na fase atual das relações internacionais, os marcos são outros. Não são as posições físico-geográficas que interessam e sim as posições político-econômico-cultural-geográficas, numa enorme complexidade, em uma espécie de fusão entre as idéias de Wallerstein, Huntington, Aron e outros, mas sem esquecer Mackinder e Spykman (redescobertos neste final de século), para só falar de alguns.

Os anos 90 demonstraram que, ao mesmo tempo que se apresentam novos alinhamentos, em grandes blocos econômicos (onde o território e o estado nacional parecem estar enfraquecidos), pode perceber-se o aprofundamento dos “localismos” em níveis, além do econômico, nos espaços existentes, quando volta-se a valorizar o território em suas diferentes escalas. O nascimento de novos estados e a reivindicação por fronteiras definidas registra a afirmação de identidades coletivas, como se voltássemos ao final do século XIX, com a acelerada balcanização e com as lutas de cunho regional-nacionalista.

Esse movimento contraditório de “valorização” e “desvalorização” do território é visto por Badie (1999, p. 7) quando diz que “os territórios parecem ser mais do que nunca objetos de paixão” e que cada minoria procura traduzir numa reivindicação territorial a vontade de se afirmar e se distinguir, num processo de arrumação e rearrumação dos frágeis mapas do mundo.

Entretanto, é o próprio autor supracitado, que demonstra que “embora se reafirme, em determinados sítios, a solenidade do princípio territorial, contribui-se, noutros, para estender as lógicas das redes de relações que retêm uma parte crescente, essencial, da atualidade da cena mundial” (1999, p. 7).

Chama atenção, ainda, para a banalização das relações internacionais com a conseqüente desvalorização do papel político, econômico e social dos territórios, provocada, principalmente, pelos circuitos financeiros, pelas trocas comerciais, pela difusão de ondas e de imagens, pelas migrações ou pelas solidariedades religiosas, culturais e lingüísticas.

Nos últimos anos (final da década de 1990 e início do século XXI), tem havido um ressurgimento do interesse em estudos sobre o poder e sobre as relações de poder. Isto trouxe as novas espacialidades do poder para o centro da discussão, como bem nos mostram Massey et al (1999, p. 171). Para esses autores, trata-se de se interrogar sobre as maneiras pelas quais o espaço afeta a operação e a realização do poder; de como o espaço das nações e das fronteiras pode atuar como diferenciador ou interromper as operações e a influência de algumas instituições. Assim, o espaço, como território, está presente e atua como “pano de fundo” nas relações internacionais, continuando a ser importante fator para a geopolítica.

Esse intrincado jogo de influências dá à geopolítica atual (agora “libertada” da concepção naturalista de território, que tanto tem marcado a análise realista) uma carga de referenciais teóricos indispensáveis que, juntando a Geografia, a História e a Ciência Política, permitem uma melhor reflexão sobre este conturbado mundo, balizado por “ordens e desordens”, globalização e fragmentação onde as relações internacionais estão, ainda, à busca de regulações e, nelas, de um novo papel para os Estados Unidos que consiga definir, para esse país, uma nova política planetária, menos marcada pela “razão cínica” (um discurso não sustentado por ações) que, acoplada ao realismo, tem predominado até aqui, mesmo subsumido a outras concepções geopolíticas, como a globalista, por exemplo.

Sem o confronto que marcou a Guerra-Fria e sem antagonistas de igual porte, a política externa dos Estados Unidos deixa a retórica de salvador da humanidade e se baseia em princípios que tornem o mundo mais seguro para os interesses america-

nos, extensivos às empresas norte-americanas. Estas não se desligam de seu país de origem, constituindo para os Estados Unidos uma questão de política internacional ao lhes fornecer garantias para as atividades que desenvolvem. A opção pela concepção globalista/internacionalista nas relações internacionais (com a ênfase nas questões geoeconômicas) se inscreve nesses princípios gerais que vêm se estruturando na última década do século XX e parecem prosseguir neste início de século.

A renovada discussão sobre a defesa da auto-suficiência energética (abertura de reservas naturais no Alaska a empresas petrolíferas e consolidação da posição americana no Oriente Médio, são exemplos disso) e da supremacia militar americana (ao ressuscitar a Guerra nas Estrelas, agora com base no programa de proteção antimísseis) é evidência de preocupação que tempera com marcas realistas a concepção globalista/internacionalista.

É preciso estar ciente que não existe uma concepção, seja ela de qualquer matriz teórica, que, sozinha, consiga explicar, coerentemente e de maneira universal, este complexo jogo planetário que compõe as relações internacionais e que caracteriza as geopolíticas (ou as geografias políticas?) contemporâneas que, até agora, têm sido marcadas pela atuação dos Estados Unidos como potência planetária. O que as novas contingências políticas e econômicas podem apresentar, fica como desafio para outros estudos.

NOTAS

- * Professor-Assistente do Departamento de Geografia da UERJ e do Departamento de Geografia e Meio Ambiente da PUC-Rio. Artigo encaminhado para publicação em julho de 2001. E-mail: negef@uerj.br.
- 1 Estas concepções estão discutidas em Rua (2001), em artigo que serve como parte inicial deste trabalho, compondo ambos uma unidade versando sobre a Geopolítica Americana. Ver bibliografia. Por problemas de limitação de espaço não apresentamos aqui as definições das concepções aludidas, o que foi feito no artigo citado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BADIE, Bertrand. *O Fim dos Territórios*. 1. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 1999. 304 p.
- CHIAPPIN, J. R. N. O Paradigma de Huntington e o Realismo Político. *Lua Nova*, São Paulo, v. 5, n. 34, p. 37-54, 1994.
- COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica*. 1. ed. São Paulo: HUCITEC, 1992. 374 p.
- _____. Políticas Territoriais Brasileiras no Contexto da Integração Sul-Americana. *Território*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 7, p. 25-42, jul./dez. 1999.
- HUNTINGTON, Samuel. P. Choque de Civilizações? *Política Externa*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 120-170, mar./abr./maio 1994.
- JACQUET, Pierre; MOISI, Dominique. Une Superpuissance em quête d'un rôle. *Ramsés 1997*, Institut Français des Relations Internationales, Paris, p. 261-269, jul. 1996.
- KENNEDY, Paul. *Ascensão e Queda das Grandes Potências*. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989. 670 p.
- _____. *Preparando para o Século XXI*. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1993. 410 p.
- LEO, S. União "física" da América do Sul tem prazo até 2002. *Jornal Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 1 a 3 de set. 2000. p. A 5.
- MASSEY, Doreen; ALLEN, John; SARRE, Philip. *Human Geography Today*. Cambridge (Reino Unido): Polity Press, 1999. 340 p.
- MELLO, Leonel I. A. *Quem tem Medo da Geopolítica?* 1. ed. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1999. 228 p.
- MOISI, Dominique. États-Unis: Réglages Externes et Incertitudes Politiques. *Ramsés 1998*, Institut Français des Relations Internationales, Paris, p. 61-71, jul. 1998.
- RAMONET, Ignacio. Le siècle des États-Unis. Le Nouveau Modèle Américain. *Manière de Voir*, Le Monde Diplomatique, Paris, n. 31, p. 6-7, ago. 1996.
- RUA, João. Estados Unidos: Crise e Recuperação da Potência Imperial. In: HAESBAERT, Rogério (Org.). *Globalização e Fragmentação no Mundo Contemporâneo*. 1. ed. Niterói: EdUFF, 1998. 308 p. p. 55-104.
- _____. A Geopolítica Americana: da Independência à Guerra-Fria. *GeoUERJ* Revista do Departamento de Geografia, Rio de Janeiro, n. 9, jan./jun. 2001.
- TAVARES, Maria da Conceição; MELIN, Luiz Eduardo. Pós-Escrito 1997: reafirmação da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luis (Orgs.). *Poder e Dinheiro – uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998. 413 p. p. 55-86.
- VESENTINI, José W. *Novas Geopolíticas*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2000. 125 p.
- WALLERSTEIN, Immanuel. Possibilidades Globais, 1990-2025. *Praga: estudos marxistas*. Hucitec: São Paulo, n. 5, p. 17-34. 1998.

ABSTRACT

The aim of the present essay is to show and debate the contradictions that have paved the United States of America foreign policy after the end of Cold War. Such fact has pointed to a change of paradigms in the political control and international relations now marked for a world increasingly partitioned and unified at the same time; The American imperial potency traditionally linked with classic themes of strategy and power relations is discussed here in terms of the influence that economic (more important nowadays), political and cultural issues have on its hegemonic stability.

KEYWORDS:

United States; Foreign Policy; Globalism; Economic Power.

